



UNIVERSIDADE
CATÓLICA PORTUGUESA | FACULDADE
DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

FISCALIDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Janeiro 2011 - Dezembro 2011

4^a edição

PARCEIRO



FISCALIDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-Graduação em Fiscalidade entra em 2011 na sua quarta edição, fiel ao espírito do seu fundador, o Prof. J. L. Saldanha Sanches: a Fiscalidade é uma realidade **global** e em mutação, cuja apreensão só é possível com uma formação prática de vanguarda, alicerçada em sólidos conhecimentos teóricos, num ambiente pedagógico **multidisciplinar**, dinâmico e **exigente**.

Centrada nos **grandes impostos**, a Pós-Graduação oferece também aos alunos uma formação profunda e transversal em **áreas de ponta da Fiscalidade portuguesa, europeia e internacional**.

Com um corpo docente que junta académicos e

advogados, agentes da Administração tributária e consultores, a Pós-Graduação em Fiscalidade é adequada a quem pretenda consolidar ou iniciar uma carreira na área fiscal.

Os alunos ficarão com uma **sólida preparação** para dar resposta a problemas reais, determinar transversalmente as implicações tributárias de casos concretos e avaliar criticamente as opções fiscais que se colocam na prática fiscal actual.

A parceria com a **PricewaterhouseCoopers** e a existência de um **Conselho Estratégico** de excelência são a garantia de um programa cientificamente exigente e adequado à realidade profissional fiscal actual.

COORDENAÇÃO

João Taborda da Gama

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde é coordenador e docente da Pós-Graduação em Fiscalidade e doutorando em Direito Fiscal. Director - executivo da revista Fiscalidade e árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa. Foi *visiting researcher* da New York University (*International Tax Program*), entre Março e Outubro de 2010. Licenciado em Direito (2000) e Mestre (2004) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi aí assistente de 2000 a 2009. Tem vários artigos publicados em revistas científicas portuguesas e estrangeiras. É co-autor de "Manual de Direito Fiscal Angolano" (2010), com o Professor Saldanha Sanches, com quem colaborava profissional e academicamente desde 2003.

CONSELHO ESTRATÉGICO

O Conselho Estratégico reúne um conjunto de personalidades oriundas dos vários espectros da comunidade fiscal que contribuirão para a garantia da inovação curricular, exigência científica e adequação à prática profissional actual do programa da Pós-Graduação.

<i>Francisco de Sousa da Câmara</i>	Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva / UCP
<i>Isabel Marques da Silva</i>	Supremo Tribunal Administrativo
<i>Jaime Esteves</i>	PricewaterhouseCoopers
<i>Miguel Correia</i>	Católica Global School of Law
<i>Miguel Piores Maduro</i>	Instituto Universitário Europeu; Co-Coordenador do LL.M. <i>Law in a European and Global Context</i> da Católica Global School of Law
<i>Miguel Teixeira de Abreu</i>	Abreu Advogados / UCP
<i>Paulo Moita de Macedo</i>	Millennium BCP
<i>Rogério Fernandes Ferreira</i>	PLMJ / Associação Fiscal Portuguesa

PROGRAMA

Início	Disciplina	Docente
Janeiro	Princípios de Direito Fiscal [10h] Introdução à Contabilidade [8h]	João Taborda da Gama Luís Janeiro
Fevereiro	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) [30h] Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) [28h] Segurança Social e Código Contributivo [12h] Fiscalidade da Energia e dos Recursos Naturais (opcional) [18h]	Serena Cabrita Neto Manuel Anselmo Torres Ana Teixeira de Sousa João Taborda da Gama
Março	Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) [34h]	Maria Angelina Silva
Maio	Reestruturações Societárias [6h] Direito do Balanço e do SNC [10h]	Jaime Esteves Tomás de Castro Tavares
Junho	<i>International Tax Planning</i> [12h] Tributação Empresarial Comparada e Investimento no Estrangeiro (<i>Outbound</i>) [6h] Troca de Informações e Evasão Fiscal Internacional [6h]	Charles Gustafson Miguel Correia Margarida Mesquita Palha
Setembro	Tributação de Não Residentes [10h] Direito Fiscal Europeu [10h]	Francisco de Sousa da Câmara Gustavo Courinha
Outubro	Preços de Transferência [6h] Processo Tributário e Garantias Administrativas [14h]	Jaime Esteves Serena Cabrita Neto
Novembro	Infracções Tributárias [8h] Fiscalidade das Operações Imobiliárias [8h]	Nuno Pombo Manuel Anselmo Torres
Dezembro	Fiscalidade do Desporto: desportistas profissionais e SADs [8h]	Samuel Fernandes de Almeida

BENEFÍCIOS

- Integração nos quadros da PricewaterhouseCoopers de um aluno da Pós-Graduação
- Oferta de um estágio remunerado na PricewaterhouseCoopers a um dos alunos mais bem classificados
- Oferta da assinatura anual da **Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal** aos vinte primeiros inscritos
- Publicação dos melhores trabalhos na revista **Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal**

CONTEÚDO

Princípios de Direito Fiscal | *João Taborda da Gama* | 10 h

Os princípios de Direito Fiscal estão no princípio e no fim do Direito Fiscal, na base e no topo de qualquer das disciplinas e seminários deste Curso.

São, desde logo, a base de muitas soluções que encontramos nos códigos tributários: o princípio da capacidade contributiva é o ponto de partida de qualquer norma que no Código do IRS procure definir o conceito de rendimento (as indemnizações devem ser tributadas?); no campo do IRC é o princípio da tributação pelo lucro real que orienta a definição do lucro tributável; na tributação do consumo existirão princípios constitucionais operativos?

Mas os princípios são também o limite possível das normas tributárias e da sua aplicação. Da sua aplicação no tempo, desde logo, pelo princípio da proibição da retroactividade fiscal (mas em que termos, depois do ActC 399/10, de 27 de Outubro?). São também o limite da sua aplicação no espaço (podem duas famílias com o mesmo rendimento pagar uma quantia diferente de IRS?).

João Taborda da Gama (Coordenador da Pós-Graduação)

Introdução à Contabilidade | *Luís Janeiro* | 8 h

Este seminário visa fornecer as bases contabilísticas necessárias à aplicação de normativos do IRC e do IVA. Nesse sentido, serão desenvolvidas as principais demonstrações financeiras da contabilidade (Balanço e Demonstração dos Resultados), a propósito das quais se definirão, por exemplo, conceitos como os de variações patrimoniais não reflectivas nos resultados, investimentos financeiros e instrumentos financeiros, acréscimos e diferimentos, mais e menos-valias, imparidades e provisões, etc. A mensuração dos elementos das demonstrações financeiras será outro tema a abordar, nomeadamente pelas implicações que tem a nível fiscal. A distinção entre os diferentes tipos de fluxos nas empresas (económicos, financeiros e de tesouraria) será bastante importante para compreender as bases do IRC e as do IVA.

Luís Janeiro Mestre em Gestão e licenciado em Administração e Gestão de Organizações pela FCEE-Católica, onde é regente de Fiscalidade nos Masters of Science e onde lecciona outras cadeiras na área financeira e contabilística. Coordenador do PAFISC -Programa Avançado de Fiscalidade. Colabora na FCEE-Católica noutros Programas para Executivos, na Faculdade de Direito de Lisboa da U. Católica e no Instituto de Estudos Europeus da U. Católica. Licenciado em Economia. Consultor nas áreas fiscal e financeira. Foi Membro da Comissão de Revisão do IRC.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) | *Serena Cabrita Neto* | 30 h

Na disciplina de IRS, o Código do IRS é analisado exaustivamente mas sem nunca perder de vista os princípios constitucionais da tributação das pessoas singulares em Portugal.

Seguindo a estrutura do Código, analisaremos as principais questões relacionadas com a qualificação e quantificação dos rendimentos tributáveis, passando em revista as características específicas de cada categoria, incluindo a análise do mecanismo da tributação liberatória e abordagem da tributação dos não residentes.

Todas as questões serão analisadas da óptica do sujeito passivo principal e do substituto tributário, a empresa, sem esquecer questões tão actuais como a tributação de alguns rendimentos específicos como o das mais-valias mobiliárias e imobiliárias.

Serena Cabrita Neto Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996) e pós-graduada em Fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão (1999), é Advogada Especialista em Direito Fiscal, exercendo a sua actividade com primazia na área do contencioso tributário. Docente convidada da Universidade Católica Portuguesa, foi assistente da cadeira de Direito Fiscal da Licenciatura em Direito (2008/2009 e 2009/2010) e da cadeira de Processo Fiscal do Mestrado Forense (2009/2010). É responsável pelas disciplinas de IRS e de Processo Tributário desde a primeira edição deste curso. Para além de diversos artigos publicados, é autora do manual "Introdução ao Processo Tributário", editado pela Coimbra Editora.

DOCENTE ONLINE *Cláudia Reis Duarte* Advogada sénior Uría Menendez - Proença de Carvalho; Pós-Graduada em Fiscalidade; licenciada em Direito.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) | *Manuel Anselmo Torres* | 28 h

A disciplina de IRC incide no conhecimento das normas estruturantes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e na sua análise crítica sob os princípios da fiscalidade nacional, europeia e internacional.

As aulas serão organizadas por temas, tais como o sujeito passivo, a incidência, o estabelecimento estável, o lucro tributável, os prejuízos fiscais, a tributação de grupos de sociedades, a liquidação e as obrigações declarativas, que serão tratados pela resolução de casos concretos e paradigmáticos e objecto de debate entre os alunos.

Será dada especial atenção às operações de quantificação da obrigação tributária e à compreensão das soluções normativas e de alternativas de planeamento fiscal sob a perspectiva do seu impacto no valor da colecta.

Ao longo do curso, cada aluno realiza, sob a orientação do docente, uma pequena dissertação sobre uma questão normativa controversa, que apresenta oralmente e por escrito antes do exame final.

Manuel Anselmo Torres Advogado especialista em Direito Fiscal, prática a que se dedica em exclusividade desde 1992, quando ingressou no departamento de assessoria fiscal da Price Waterhouse. Mais tarde foi o primeiro sócio responsável pelo departamento de direito fiscal da sociedade de advogados PLMJ até fundar, em 1999, a sociedade de advogados Galhardo Vilão, Torres, onde actualmente exerce. Licenciou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1987 e obteve o mestrado em Administração de Empresas pelo Monterey Institute of International Studies em 1992. Concluiu a pós-graduação em Análise e Previsão de Receita Fiscal pela Universidade de Harvard em 1997 e a pós-graduação do programa de mestrado em contabilidade do ISCTE em 2006. Lecciona Direito Fiscal desde 2003.

Segurança Social e Código Contributivo | *Ana Teixeira de Sousa* | 12 h

Pretende-se dotar os participantes de uma visão integrada do ordenamento jurídico da Segurança Social e respectiva aplicação na sua prática profissional. Serão analisadas as principais fontes internas do Direito da Segurança Social, nomeadamente a Lei de Bases de 2007 e o novo Código Contributivo da Segurança Social.

No âmbito do Código Contributivo aprofundam-se as alterações mais significativas tais como o alargamento da base de incidência das contribuições, o “novo” regime aplicável aos trabalhadores independentes, alterações de taxas, regime da pré-reforma e novo elenco das obrigações declarativas e contributivas. Estudam-se e exemplificam-se situações de convergência de diferentes ordenamentos jurídicos nacionais, recorrendo-se aos Regulamentos Comunitários de forma a determinar a legislação aplicável, em situações de destacamento e de multi-empregador, entre outras.

Entre 2006 e 2010 ocorreram profundas mudanças no cálculo das pensões de reforma e significativas alterações a nível do subsídio de desemprego, as quais serão estudadas apresentando-se exemplos quantitativos e comparativos.

Aborda-se, finalmente, o Contencioso da Segurança Social.

Ana Teixeira de Sousa Sócia da F.S.O. Consultores Lda. com responsabilidade pelas áreas da tributação individual, Fundos e Produtos Poupança e Segurança Social e Advogada inscrita na Ordem dos Advogados. Professora Convidada no Mestrado Executivo em Gestão Fiscal do ISCTE - IUL e oradora e formadora convidada em diversos seminários, incluindo acções organizadas pela APFIPP - Associação das Empresas Gestoras de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e pela APS - Associação Portuguesa de Seguradores. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e pós-graduada em Estudos Europeus pela mesma Faculdade.

Fiscalidade da Energia e dos Recursos Naturais | *João Taborda da Gama* | 18 h * OPCIONAL

A Fiscalidade da Energia e dos Recursos Naturais é um sector chave do Direito Fiscal actual. Nesta disciplina analisaremos os principais problemas tributários relacionados com a produção e o consumo de energia, tendo em conta os objectivos da política energética e ambiental, de uma perspectiva nacional (mas sem esquecer o enquadramento internacional e europeu). As aulas serão divididas por vários temas, como por exemplo: produção e consumo de energia; tributação dos combustíveis e do automóvel; tributação da água, tributação da floresta; tributação do petróleo e do gás; tributação do carbono. Em cada um dos temas será analisado o regime jurídico vigente, bem como os problemas e opções de política fiscal subjacentes. Haverá convidados especialistas em cada um dos temas que participarão num debate com os alunos. A disciplina é leccionada em simultâneo com o Mestrado de Direito Administrativo e da Energia, pelo que as primeiras 6 horas de aulas podem ter um nível demasiado introdutório para profissionais do Direito Fiscal.

João Taborda da Gama (Coordenador da Pós-Graduação)

* Disciplina leccionada em conjunto com o Mestrado de Direito Administrativo (vertente Energia). Aulas à sexta-feira à tarde, em horário a anunciar.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | *Maria Angelina Silva* | 34 h

Na disciplina de Imposto Sobre o Valor Acrescentado, o imposto será analisado em duas vertentes distintas, isto é: na óptica nacional e na óptica internacional, focando-se as questões estruturantes do imposto, bem como diversos temas que dominam a sua actualidade. Partindo da origem do imposto e da sua evolução, passando pelas normas de incidência, pelas regras de localização das operações tributáveis, pelo facto gerador e exigibilidade do imposto, pelas isenções, valor tributável, taxas, deduções, será ainda abordada a problemática do IVA no comércio internacional, assim como as obrigações dos sujeitos passivos. Entre muitos outros temas, destaca-se o IVA no sector imobiliário, nas operações de natureza financeira e seguradora, bem como as regras de localização das prestações de serviços. Não menos importante, será de destacar a problemática da facturação electrónica e a possibilidade de existir um regime de contabilidade de caixa.

Toda a disciplina será desenvolvido tendo em consideração a legislação nacional e as normas de natureza europeia.

Maria Angelina Silva Diplomada pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, exerce funções de Subdirectora-Geral do Património na Direcção-Geral dos Impostos. Desde 1984 que colaborou em vários estudos e diplomas de implementação do imposto sobre o valor acrescentado e na formação de funcionários da DGCI, pertencendo à bolsa de formadores daquela entidade. No período compreendido entre Maio de 2000 e Janeiro de 2003, assumiu ainda as funções de Subdirectora-Geral do Departamento de Gestão do IVA. Ao longo destes anos, tem colaborado com diversas instituições do ensino superior, produzido artigos da especialidade e assumido as funções de representante do Estado Português junto de diversos. Organismos Internacionais.

DOCENTE ONLINE *Nuno Miguel Oliveira* Inspector Tributário no Centro de Formação da Direcção-Geral dos Impostos; mestrando em Pedagogia do E-Learning; Pós-Graduado em Fiscalidade e Licenciado em Auditoria.

Reestruturações Societárias | *Jaime Esteves* | 6 h

No seminário de Reestruturações Societárias será dada importância primordial às implicações tributárias das operações de concentração, reorganização e reestruturação empresarial, em especial, a análise dos impactos fiscais da transmissão e da aquisição de sociedades ou de ramos de actividade. Analisaremos também as consequências fiscais das operações de reorganização no seio de grupos empresariais ou da constituição destes. De igual importância é o estudo do Investimento Directo Estrangeiro em Portugal e de Portugal no Estrangeiro, bem como a compreensão dos regimes de neutralidade fiscal, ou outros que facilitem a conclusão das operações referidas.

Jaime Esteves Lidera o departamento de fiscalidade da PwC, onde ingressou em 1988. É especialista em Planeamento Fiscal Nacional e Internacional (Pessoas Singulares e Colectivas), Preços de Transferência, Fusões e Aquisições, Reestruturações Societárias, *Ultra and High Net World Individuals* e Empresas Familiares, incluindo *Family Offices*.

Tem colaborado regularmente com diversas entidades de ensino superior e participado como orador em diversos cursos, seminários e conferências, conexos com a fiscalidade. Tem vários estudos publicados.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica do Porto e Pós Graduado em Estudos Europeus e ainda em Direito Comercial, pela Universidade Católica de Lisboa.



Numa área de conhecimento em que o intérprete é diariamente chamado à aplicação de um ordenamento em estado de revisão permanente, a consolidação dos princípios e conceitos apreendidos na licenciatura apresenta-se como uma verdadeira necessidade prática, a que a pós-graduação em fiscalidade da Universidade Católica apresenta uma resposta adequada.

O profissionalismo da estrutura administrativa de suporte, a qualidade do corpo docente, a disponibilização de um programa curricular que harmoniza as vertentes teórica e prática do ensino do Direito Tributário, aliada à exigência da formação on-line, são a garantia de uma formação sólida, compatível com as exigências do mercado.

TÂNIA CARVALHAIS PEREIRA | Uría Menéndez - Proença de Carvalho | 2007 - Licenciatura em Direito, UNL | Aluna da Pós-Graduação em Fiscalidade de 2010

Na disciplina de Direito do Balanço e do SNC serão estudadas as diversas funções da Contabilidade; as interações entre a Contabilidade e o Direito Fiscal (IRC): dependência material, formal e inversa; o sistema contabilístico nacional: o Dec. Lei n.º 158/09. Serão também abordados temas como: dos IAS/IFRS ao SNC - tópicos contabilísticos, de direito comercial e fiscal; a análise jurídica do SNC: partes, estrutura e funcionamento; as diferenças entre activo fixo tangível, propriedades de investimento e inventários; as rubricas do capital próprio; a análise jurídica do Balanço e da Demonstração de Resultados (com recurso a exemplos práticos); o SNC na tensão entre a realização e o justo valor. Por fim, abordaremos as consequências jurídicas (fiscais e de Direito Comercial) da inexistência e/ou deficiência da contabilidade.

Tomás de Castro Tavares Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2009), com a tese "A Relevância da Contabilidade na Tributação do Rendimento das Sociedades: entre os paradigmas da realização e do justo valor". Advogado da "Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva - Sociedade de Advogados". Autor de diversas publicações na área do Direito Fiscal.

Nesta disciplina vai ser analisada a forma como o rendimento resultante do comércio, investimento e movimento laboral internacional é tributado, bem como os mecanismos existentes para evitar a dupla tributação e as técnicas de planeamento para minimizar a carga fiscal sobre as transacções internacionais.

Será particularmente explorado o impacto dos tratados para evitar a dupla tributação internacional. Neste contexto, discutiremos questões práticas e os problemas específicos do planeamento fiscal internacional.

Charles Gustafson Professor de Direito e antigo *Associate Dean for International and Graduate Programs* na Georgetown University Law Center em Washington, D.C. Lecciona em várias áreas de Direito Público Internacional, comércio e investimento internacionais e tributação federal. É co-autor de vários manuais de análise jurisprudencial sobre tributação federal do rendimento, incluindo *Taxation of International Transactions* (3ª Ed.) (West, 2006), bem como de vários artigos e capítulos de livros sobre matérias de Direito e/ou tributação internacionais. Foi advogado em Nova Iorque e em Washington. Foi consultor de várias entidades do Governo dos Estados Unidos e de várias organizações internacionais e como árbitro em conflitos de natureza comercial e de investimento. É membro do American Law Institute. Professor do *Advanced LL.M. in International Business Law* da Católica Global School of Law.



O curso convida ao estudo e à discussão do sistema fiscal em moldes que prevalecem sobre a tradicional análise molecular e necessariamente efémera de cada regra de cada tributo. Incute no profissional a procura constante pela prática com melhor qualidade e maior competência nesta área normativa a um tempo tão transbordante como instável. É de elogiar a forma nova de ensinar e aprender a Fiscalidade. As suas linhas programáticas, o rigor, o pragmatismo e a inovação convertem estes estudos num processo desafiante que faz nascer ou reforça um especial apego às matérias de índole tributária. As ferramentas adquiridas são de uma utilidade inelutável. Testemunho por fim o quão estimulante poderá ser um trabalho orientado por uma equipa docente tão entusiasta do seu campo de actividade como empenhada em pôr à disposição de quem a ela se dirige o seu saber.

FRANCISCO GERALDES SIMÕES | Galhardo Vilão, Torres | 2007 - Licenciatura em Direito, UNL | 2009 - Mestrado, UNL | 2008-2010 Deloitte & Associados | Aluno da Pós-Graduação em Fiscalidade de 2010

Tributação Empresarial Comparada e Investimento no Estrangeiro (*Outbound*) | *Miguel Correia* | 6 h

A crescente necessidade de racionalização dos custos de produção, acompanhada pelo aumento da concorrência internacional, tem conduzido a uma maior preocupação das empresas com a optimização da sua estratégia fiscal numa lógica global. Orientado para a resolução de problemas ligados à realização de investimentos de empresas nacionais no estrangeiro, este seminário partirá de uma análise estrutural dos sistemas internacionais de tributação de sociedades, fornecendo um quadro conceptual de referência baseado no sistema fiscal norte-americano, o qual servirá de base para a compreensão de outros sistemas fiscais com que o participante se venha a deparar na sua actividade profissional. Os temas a serem analisados incluem a formação de sociedades, questões associadas à estrutura do capital, distribuições e reestruturações societárias, tributação consolidada e liquidações de sociedades. O seminário adoptará uma metodologia assente no uso de case studies, fornecendo aos participantes uma terminologia jurídica norte-americana.

Miguel Correia Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto), mestre em Direito Comercial Internacional pela Universidade de Essex, e em Direito Fiscal Internacional pela Universidade de Georgetown, completou recentemente o seu doutoramento em Direito Fiscal Societário na London School of Economics. Trabalhou vários anos como consultor. Primeiro, como associado no departamento de tributação internacional da PricewaterhouseCoopers LLP, em Nova Iorque, onde se especializou na estruturação fiscal de investimentos internacionais. Posteriormente, como director no departamento de tributação internacional da Deloitte, em Lisboa. Lecionou como professor convidado na Faculdade de Direito da UCP (Porto). *Researcher* da Católica Global School of Law.

Troca de Informações e Evasão Fiscal Internacional | *Margarida Palha* | 6 h

Margarida Palha Assistente da Faculdade de Direito da UCP, onde se tem dedicado ao ensino e investigação do Direito Fiscal, colaborando ainda nos cursos de Gestão, Economia e Línguas e Literaturas Estrangeiras. É investigadora jurista do Centro de Estudos Fiscais, com o qual colabora desde 1981. Obteve o grau de Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra, com a tese "Protecção do contribuinte e controlo da constitucionalidade em matéria tributária". Participou em diversos grupos de trabalho no âmbito de diferentes reformas fiscais e representou o Estado português junto das instituições europeias e do Comité de Assuntos Fiscais da OCDE.

Tributação de Não Residentes | *Francisco de Sousa da Câmara* | 10 h

A realização diária de operações e negócios em Portugal por não residentes pode, ou não, exigir o pagamento de impostos e o cumprimento de obrigações declarativas.

Centrada na vida real das pessoas e das empresas, esta disciplina permitirá conhecer e aprofundar as diferentes regras fiscais associadas às mais eficientes formas de investimento; e averiguar e avaliar o modo de tributação dos rendimentos obtidos por não residentes, face às regras domésticas e à sua articulação com o direito internacional e comunitário. Revela, simultaneamente, uma miríade de opções e escolhas fiscais, cujo planeamento merece ser pensado, atentas as oportunidades e os menus cada vez mais vastos oferecidos pelo Estado, onde ao prato tradicional (tributação limitada do não residente) se juntam novidades que permitem, em certos casos, que não residentes optem por se tornar residentes não habituais (com um regime fiscal particularmente favorável) ou se mantenham no estrangeiro e sem estabelecimento estável em Portugal, mas possam aqui ser tributados por rendimentos líquidos a troco de taxas progressivas.

Francisco de Sousa da Câmara Advogado especialista em Direito Fiscal, coordena o grupo de prática de direito fiscal de Lisboa da "Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados", de que é sócio desde 1991. Tem trabalhado com grandes empresas nacionais e multinacionais, reestruturações, aplicação dos tratados de dupla tributação e do direito fiscal comunitário e na estruturação de operações internacionais através do C.I.N. da Madeira. É Professor Convidado de Direito Fiscal da UCP (licenciatura) e de Direito Fiscal Internacional da UNL (mestrado). Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da UCP, 1986). Pós-Graduação em Estudos Europeus (Faculdade de Direito da UCP, 1987). Mestrado em Ciências Jurídico - Económicas (Faculdade de Direito da UCP, 1992).

Direito Fiscal Europeu | *Gustavo Courinha* | 10 h

A disciplina de Direito Fiscal Europeu, visa formar os alunos nos aspectos essenciais da harmonização fiscal positiva europeia, com especial realce para a transposição das Directivas Comunitárias Círculos-Fusões, Juros-Royalties e Mães-Filhas.

Por outro lado, em atenção à harmonização fiscal negativa - promovida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) nos mais variados domínios da fiscalidade directa - abordaremos as decisões fundamentais em matéria de tributação de pessoas singulares, tratamento fiscal de pensões, tributação de pessoas colectivas com e sem estabelecimento estável, impostos de saída, prejuízos fiscais e normas anti-abuso.

No final da disciplina espera-se que o aluno tenha, simultaneamente, compreendido a interacção entre o Direito Interno e o Direito Europeu no domínio da Fiscalidade - mormente, pelo domínio da metodologia de análise do TJUE - e que, de um modo crítico, logre questionar as não raramente incorrectas transposições no sistema fiscal nacional das Directivas e princípios da fiscalidade europeia.

Gustavo Courinha Gustavo Lopes Courinha é licenciado (1999) e Mestre (2003) em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, onde é assistente. É docente de Direito Fiscal Europeu, na Pós-Graduação em Fiscalidade da Universidade Católica Portuguesa, desde o início do curso. É, ainda, Advogado. Tem vários artigos, estudos e resenhas nas revistas *Fiscalidade*, *Jornal Fiscal*, *Vida Judiciária* e *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal* e em obras colectivas, nacionais e estrangeiras. Publicou também "A Cláusula Geral Anti-Abuso no Direito Tributário: contributos para a sua compreensão", pela Almedina, em 2004 (2ª ed., 2009), o "Imposto do Selo Anotado", pela Almeida & Leitão, em 2000 (co-autor) e "Legislação Cooperativa Anotada", pela editora Vida Económica, em 2000 (co-autor). Foi orador em várias conferências e seminários em Portugal, Cabo Verde, Holanda e Áustria.

Preços de Transferência | *Jaime Esteves* | 6 h

No seminário de Preços de Transferência será feita uma introdução à temática dos preços de transferência nos planos do direito comparado e do direito português. Serão abordados os seguintes conceitos fundamentais: princípio da plena concorrência, entidades relacionadas, operações vinculadas, comparáveis internos e externos e ajustamentos correlativos, primários e secundários. O seminário tem ainda como objecto a questão da aplicabilidade dos métodos para a determinação / validação do cumprimento do princípio de plena concorrência e o princípio da documentação contemporânea. Por fim, será abordada a matéria do Contencioso em sede de preços de transferência.

Jaime Esteves Lidera o departamento de fiscalidade da PwC, onde ingressou em 1988. É especialista em Planeamento Fiscal Nacional e Internacional (Pessoas Singulares e Colectivas), Preços de Transferência, Fusões e Aquisições, Reestruturações Societárias, *Ultra and High Net World Individuals* e Empresas Familiares, incluindo *Family Offices*. Tem colaborado regularmente com diversas entidades de ensino superior e participado como orador em diversos cursos, seminários e conferências, conexos com a fiscalidade. Tem vários estudos publicados. É licenciado em Direito pela Universidade Católica do Porto e Pós Graduado em Estudos Europeus e ainda em Direito Comercial, pela Universidade Católica de Lisboa.

Processo Tributário e Garantias Administrativas | *Serena Cabrita Neto* | 14 h

Com o aumento da pressão fiscal, é fundamental uma visão global sobre os direitos e garantias dos contribuintes, e do melhor modo do seu exercício junto da Administração Tributária e dos Tribunais.

Serão analisados os principais meios administrativos e judiciais ao dispor dos contribuintes contra a actuação ilegal do Fisco, com base na Lei Geral Tributária e no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

A disciplina comporta uma componente prática ampla (dos prazos para exercício das garantias administrativas e judiciais, à análise do procedimento de execução fiscal) e um sólido enquadramento teórico encontrado nos princípios fundamentais do contencioso tributário (discutiremos, por exemplo, a constitucionalidade do mecanismo da reversão das dívidas fiscais contra gerentes e administradores).

Serena Cabrita Neto | DOCENTE ONLINE ***Cláudia Reis Duarte*** | notas biográficas na página 4

Infracções Tributárias | *Nuno Pombo* | 8 h

A disciplina de Infracções Tributárias centra-se na análise da legislação vigente, nomeadamente do Regime Geral das Infracções Tributárias, sobretudo na sua parte substantiva, tanto ao nível dos seus princípios gerais como dos tipos legais de crimes, focando especialmente, pela sua importância dogmática e prática, os crimes de burla tributária, fraude fiscal e abuso de confiança. Para além da necessária análise exegética, o estudo proposto é acompanhado de exemplos jurisprudenciais. Com o objectivo de dar a conhecer aos alunos as consequências punitivas da violação dos deveres fiscais, no final da disciplina de Infracções Tributárias pretende-se que os alunos estejam devidamente informados sobre os riscos do incumprimento das normas que os estabelecem e que conheçam as características tipológicas, objectivas e subjectivas, dos principais crimes existentes em matéria tributária, sendo objectivo que fiquem aptos a sustentar a defesa perante processos penais e contra-ordenacionais tributários.

Nuno Pombo Licenciado (1996) e Mestre em Direito pela Universidade Católica, onde é assistente no curso de licenciatura e em cursos de pós-graduação. Pós-Graduado em Fiscalidade (Instituto Superior de Gestão - ISG). É Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM. - Espírito Santo Commerce, S.A e foi responsável pelo Departamento Jurídico do Banco Alves Ribeiro. Publicou "Fraude fiscal : a norma incriminadora, a simulação e outras reflexões", editora Almedina, 2007.

Fiscalidade das Operações Imobiliárias | *Manuel Anselmo Torres* | 8 h

A disciplina de Fiscalidade das Operações Imobiliárias debruça-se sobre as diferentes implicações tributárias das transmissões e prestações de serviços que têm por objecto direitos sobre bens imóveis, numa perspectiva transversal do sistema fiscal português. As operações mais comuns como a promoção imobiliária, a compra para revenda, a mediação imobiliária, o arrendamento e a locação financeira imobiliária, bem como as reestruturações de empresas imobiliárias serão analisadas em sede de tributação do rendimento (IRC e IRS), do imposto sobre o valor acrescentado e dos impostos, taxas e contribuições sobre o património, tais como o IMT, o Imposto do Selo, o IMI, as contribuições especiais e as taxas de realização de infra-estruturas urbanísticas. A tributação das operações imobiliárias será igualmente cruzada com o regime fiscal específico de diversos veículos especializados em actividades imobiliárias, como as sociedades e os fundos de investimento imobiliário.

Manuel Anselmo Torres nota biográfica na página 5

Fiscalidade do Desporto: desportistas profissionais e SADs | *Samuel Fernandes de Almeida* | 8 h

No desporto levantam-se problemas fiscais muito específicos, quer quanto aos desportistas profissionais, quer quanto às Sociedades Anónimas Desportivas. Por um lado, quanto à tributação dos desportistas profissionais, vamos analisar os problemas relacionados com a tributação dos seus rendimentos que normalmente revestem formas variadas: salários, patrocínios, endorsements, subsídios. Por outro lado, a actividade desportiva profissional gera rendimentos que têm conexão com vários ordenamentos: não só através da itinerância conatural a várias competições (torneios de golfe, competições de desportos motorizados, vela, futebol), como são muitas vezes utilizadas estruturas de planeamento fiscal internacional (por exemplo, as *rent-a-star companies*).

Quanto à tributação das Sociedades Anónimas Desportivas analisaremos o seu regime jurídico, relações societárias e valorização de participações sociais, problemas específicos relacionados com a mensuração e valorização de activos ou o enquadramento de certos rendimentos, como royalties, patrocínios, isenções sobre o património afecto a actividades desportivas, a distinção entre a associação de interesse público (clube) e a actividade profissional da SAD.

Samuel Fernandes de Almeida Sócio e um dos responsáveis do departamento fiscal da sociedade de advogados Miranda, Correia, Amendoeira e Associados. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1997, concluiu a pós-graduação em Fiscalidade no Instituto Superior de Gestão em 2000. É Advogado desde 2001 e estagiou na Direcção Geral de Impostos e Imposições Aduaneiras da Comissão Europeia. Foi também um dos sócios fundadores da Luís M.S. Oliveira & Associados. Actualmente é vogal do Conselho Fiscal do Sporting Clube de Portugal e membro do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Basquetebol.

PÓS-GRADUAÇÃO FISCALIDADE

PARCEIRO



A colaboração protocolada entre a PwC e a Faculdade de Direito da UCP decorre da expressa vontade de ambas as entidades de, mutuamente e alicerçadas nas suas valências específicas e complementares, contribuir decisivamente para o desenvolvimento da qualidade da fiscalidade nacional, desde logo ao nível do seu estudo e ensino pós-graduado.

Com esse objectivo, esta colaboração interliga a experiência da PwC, com a reconhecida excelência académica e doutrinal da Faculdade de Direito da UCP e dela resulta, no imediato, o apoio da PwC à pós-graduação em fiscalidade oferecida pela Faculdade de Direito da UCP, bem como a co-organização de eventos regulares de debate e reflexão sobre a fiscalidade.

JAIME ESTEVES | PwC | Líder do departamento de fiscalidade

APOIOS

Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal

Associação Fiscal Portuguesa

Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados

CALENDÁRIO E HORÁRIO

O curso decorre de Janeiro a Dezembro de 2011.

Data de início: 20 de Janeiro

Carga horária: 244 horas presenciais e 50 horas de trabalho à distância (valor estimado de horas de trabalho pessoal com apoio online)

As sessões presenciais, em regra, decorrem às terças, quartas e quintas-feiras, das 19 às 21h. Quinzenalmente, haverá aulas à segunda-feira de manhã (cerca de 10 segundas-feiras ao longo do programa).

AValiação

Disciplinas (módulos com mais de 6 horas): média entre o exame final e elementos a definir pelo docente de cada disciplina.

Seminários (módulos com 6 horas): realização de um teste em que o aluno passa ou reprova.

A **média final** da pós-graduação é calculada fazendo a média da nota final das várias disciplinas ponderada pelo número de horas de ensino presencial de cada uma delas.

Condições de Admissão

Licenciatura em Direito ou outra licenciatura associada a uma relevante experiência profissional nos domínios versados no curso (Economia, Gestão, Contabilidade, etc.).

Certificação e Diploma

Certificado de Frequência: presença efectiva em pelo menos 4/5 das sessões de IRS, IRC, IVA e de treze módulos (disciplinas ou seminários).

Carta de Pós-Graduação: aprovação no programa de avaliação de IRS, IRC, IVA e de treze módulos (disciplinas ou seminários), o que implica a presença efectiva em pelo menos 4/5 das sessões dos respectivos módulos.

Preço

O valor do programa é de € 4.705,00.

Formas de pagamento:

- a) totalidade no momento da inscrição = € 4.705,00;
- b) fraccionado = € 5.331,00: três prestações de € 1.777,00 (pagas nas seguintes datas: a 1ª no momento da inscrição, a 2ª até 10 de Abril de 2011 e a 3ª até 10 de Setembro de 2011).

Condições especiais para antigos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, associados da Associação Fiscal Portuguesa, e advogados e advogados-estagiários do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Consulte o boletim de inscrição em www.fd.lisboa.ucp.pt
> ensino pós-graduado > pós-graduações > fiscalidade

Inscrições e Informações

Anabela Filipe

posgraduacoesdireito@fd.lisboa.ucp.pt | tel. 217 214 179

Faculdade de Direito - Escola de Lisboa
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima, 1649-023 LISBOA

www.fd.lisboa.ucp.pt/posgrad